



GRUPO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO (COPEIJE)

(Vitória/ES, 09 de junho de 2011)

Em 09 de junho de 2011 realizou-se nas dependências do Hotel Golden Tulip Porto Vitória, situado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 635 - Torre Sul - Enseada do Sua – Vitória/ES, **a II Reunião Ordinária de 2011 do GNDH/CNPG**, conforme grade e programação que segue abaixo.

Horário	Evento
09/06/11	
8H30 – 12H	08:30h às 09:30h – Abertura: Dr. Fernando Zardini Antônio – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo e Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto – Presidente do GNDH/CNPG. 09:30h às 11:00h – Palestra Magna: <i>“Plano Nacional da Educação - Os próximos 10 anos da Educação Brasileira”</i> - Dr. Francisco das Chagas Fernandes - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação 11:00h às 11:30h – Debates 11:30h às 12:00h – Apresentação de relatório das providências a cargo da Secretaria-Geral do GNDH/CNPG

Após a solenidade de abertura e palestra realizada no período da manhã, iniciou-se a realização da COPEIJE às 14h.

A reunião contou com a presença dos Promotores de Justiça cujos nomes constam das listas de presença que seguem anexas.

A reunião foi aberta pela Coordenadora eleita para o ano de 2011 – Soraya Soares Nóbrega Escorel – com saudação e boas vindas a todos os colegas Promotores de Justiça de todos os Estados presentes à reunião.

A colega Priscilla Albino (MP/SC) propôs preliminarmente que as reuniões do GNDH (e respectivamente da COPEIJE) sejam realizadas nas terças e quartas-feiras para que as Plenárias tenham mais membros presentes, o que foi aprovado por maioria.

Aprovou-se também, por maioria, a sugestão de proposta à Plenária para que o primeiro dia das reuniões do GNDH não contenha mais palestras, mas sim e apenas uma abertura de no máximo 1 hora, possibilitando que a COPEIJE possa ter mais tempo para discussão de seus temas.

Patrícia (MP/ES), Leane (MP/PA), Francisco Natan (MP/SE), Demóstenes (MP/TO) e também as colegas do MP/RS se abstiveram.

A colega Cristina do MP/ES informou que a reunião que será realizada com o MEC terá como convidados prioritários colegas que atuem na área de educação em seus respectivos Estados.

A Coordenadora informou que o colega Murillo do MP/PR foi nomeado Vice-Coordenador da COPEIJE.

Informou também que será realizada reunião de definição de parceria com o CANAL FUTURA no RJ.

Patrícia (MP/ES) informou da necessidade de todos os colegas verificarem se estão recebendo os e-mails e seus dados estão corretos, para regularização da lista da COPEIJE. Encaminhamento – definir com a SDH para repactuar uma pactuação atrav[es de agendamento de reunião ao. Definir se vai investir nos disques estaduais ou nacional;

Nesse momento a Subcomissão de Educação se reuniu em sala separada.

1º Tema de Pauta: Disque 100

Relator: colega **Rodrigo Medina (MP/RJ)**

Sobre o atendimento explicou que: houve mudança do Disque 100 que até o ano de 2010 somente atendia violações contra direitos de crianças e adolescentes. No entanto, no 2º semestre o Min. Paulo Vannuchi ampliou o atendimento do Disque 100 para todos os demais tipos de violências (direitos humanos em geral – homofobia, idosos etc). Propôs a melhoria do atendimento, pois atualmente há poucos servidores atendendo e o sistema está caótico (conforme notícias verificadas no 4º CAO do MP/RJ).

Explicou sobre os fluxos de encaminhamentos das denúncias (uma encaminhada ao MP, outra às Delegacias de Polícia e outra aos Conselhos Tutelares). Questionou se a denúncia deve ou deveria continuar sendo encaminhada ao MP para que assim se fiscalizem os Conselhos Tutelares. Isso porque não vê sentido

Marcia (MP/MA): expôs que concorda com Rodrigo e não sabe por qual razão o MP/MA recebe as denúncias do Disque 100 por SEDEX (Correio). Informou que há casos em que a denúncia leva mais de 15 dias para o recebimento da denúncia no MP do Estado e até sua chegada na Comarca de ocorrência do fato. Informou que foi criado um Disque 100 no Estado (apoiada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos). Informou que há erros na anotação dos endereços das Denúncias que são encaminhadas ao Maranhão.

Marcia (MP/BA): informou que há uma campanha forte a respeito da violência sexual na Bahia – especialmente no período do Carnaval. Este ano a campanha foi realizada com o apoio de Ivete Sangalo. Informou que estão realizando levantamento a respeito do número de denúncias encaminhadas pela SDH ao MP e quantos destes casos foram apurados pela Delegacia Especializada na Capital do Estado. Propõe a unificação de encaminhamento das denúncias da SDH. Deliberaram que as denúncias sejam encaminhadas ao MP (porque possui melhor condição de realizar o

filtro das denúncias). Considera também necessária melhor qualificação dos atendentes que recebem as denúncias na SDH em Brasília para que as denúncias sejam melhor anotadas e encaminhadas aos órgãos de fiscalização/apuração. Sugere também que as denúncias não sejam mais encaminhadas por papel ao MP, mas somente por arquivo digital.

Fernando (MP/SP): expôs os problemas do Disque 100 conforme relatório de servidor do MP/SP que atende tais casos.

Soraya (MP/PB): propõe a qualificação dos atendentes e que as denúncias sejam encaminhadas on line aos MPs somente dos casos que sejam de atuação do MP. Propõe a readequação do Fluxo das denúncias encaminhadas ao MP.

Andrea (MP/MG): já teve a oportunidade de questionar Leila Paiva da SDH sobre qual o motivo de não haver encaminhamento de denúncias on line. A resposta por ofício foi de que haveria problemas de sigilo. Sugere que o MP obtenha uma contraprestação no atendimento, pois o Convênio foi estabelecido, mas somente o MP está disponibilizando

Patrícia (MP/ES): sugeriu a repactuação do modelo do Disque 100 com a SDH porque somente o MP está realizando os trabalhos. Caso a SDH não aceite, que se regionalize o atendimento (que os Estados façam o serviço de atendimento).

Denise (MP/RS): propõe a extinção do Disque 100 em Brasília e cada Estado realizar o seu.

Leane (MP/PA): reitera as propostas de Patrícia e Andréa.

Tania (MP/RO): deseja que a Comissão defina qual o papel do MP em relação ao tema. Esclareceu que as propostas de Rodrigo (MP/RJ) e Márcia (MP/BA) são opostas. Entende que o MP poderia realizar um trabalho de “taxonomia” para o programa do Disque 100. Entende que é possível realizar padronização dentro do MP e não nos demais órgãos. Propõe a formação de um grupo ou comissão para que seja realizada a padronização dos índices e dados do MP em relação ao tema.

Anderson (MPDFT): informou que o MPDFT repactuou com a SDH que as denúncias não sejam mais encaminhadas ao MP, mas somente ao CT e Delegacias. Informa que é contra a extinção do Disque 100.

Miriam (MP/SE): é contra a extinção do Disque 100. Propõe a repactuação ou a regionalização do Disque 100.

Liana (MP/GO): propõe com a repactuação: qualificação dos atendentes, encaminhamentos de arquivos via digital. Sugere que se os casos descritos na denúncia forem relacionados a crimes – que sejam encaminhados a Delegacias de Polícias e se os casos forem relacionados a situações protetivas (que os casos sejam encaminhados aos Conselhos Tutelares).

Houve votação relativa à repactuação: todos votaram favoravelmente.

A Coordenadora propôs que Rodrigo permaneça como Relator do tema: aprovado por unanimidade. Ele ficou responsável por encaminhar no prazo de 10 dias novo fluxo de atuação do MP no Disque 100. Após decisão no e-mail do Grupo a Coordenadora irá agendar reunião com a SDH.

O Secretário informou sobre as metas gerais ainda não cumpridas e esclareceu que cobrará novamente os responsáveis por e-mail.

A Coordenadora irá agendar reunião com o MDS e com a SDH para julho de 2011 para levar os temas discutidos na presente data.

Em relação às propostas de pauta de Oto para a reunião com a Ministra o tema será votado por e-mail.

Patrícia (MP/ES) propôs que seja formada Comissão para discutir com a Ministra Maria do Rosário para definir se o MP irá participar do Fonajuve e Renad.

Na mesma ocasião em Brasília a Comissão formada para discussão sobre Fundos (formada na reunião realizada no mês de dezembro em Fortaleza) deverá realizar reunião com a Procuradora da República (MPF) para discutir a viabilidade de analisar o cabimento de ADIN em relação à Resolução de Fundos (Conanda).

Fernando (MP/SP) propôs que como fundamento seja realizado histórico da atuação do MP e da importância da Justiça da Infância durante os 20 anos de ECA.

Rodrigo (MP/RJ) propôs que como fundamento para discussão com a Ministra seja elaborado diagnóstico do MP na área da infância.

Rodrigo (MP/RJ) ainda informou que há necessidade de atuação do MP com campanha que possa fazer frente à campanha da Defensoria Pública (campanha elaborada pelo Zivaldo de atuação do Defensor Público na área da infância e juventude).

Leane (MP/PA) informou que a RENAD está participando de todas as reuniões de discussão do Sistema de Justiça no Pará, enquanto o MP não age da mesma forma. Informou que o MP não tem participado de tais reuniões e conferências que são espaços de mobilização social – razão do enfraquecimento do MP e fortalecimento da Defensoria Pública.

Sérgio (MP/MS) informou que é Presidente do Conselho Estadual Antidrogas de seu Estado e entende que a participação dos Promotores de Justiça nos espaços dos Conselhos é fundamental para que o MP se fortaleça novamente.

Tania sugeriu que na reunião com a SDH seja proposto que o Governo Federal possa oferecer recursos para que o MP realize “capacitações” de promotores de justiça para atuar em tais espaços.

A Coordenadora informou que haverá Encontro Nacional do MEC com a COPEIJE em 11 e 12 de agosto de 2011. Informou da necessidade de o Presidente do CNPG e a Presidente do GNDH estarem presentes em tal ocasião. A Coordenadora se comprometeu a elaborar ofício para convidar o Presidente do CNPG.

Às 18h a reunião ordinária foi encerrada pela Coordenadora, conforme ata elaborada pelo Secretário e que, após ser por todos os presentes à reunião analisada deverá ser aprovada (Eu, Fernando Henrique de Moraes Araújo – Secretário da COPEIJE/2011).



GRUPO NACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO (COPEIJE)

(Vitória/ES, 10 de junho de 2011)

Em 10 de junho de 2011 realizou-se nas dependências do Hotel Golden Tulip Porto Vitória, situado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 635 - Torre Sul - Enseada do Sua – Vitória/ES, a **II Reunião Ordinária de 2011 do GNDH/CNPG**, conforme temas abaixo relacionados.

Às 9h foi aberta a reunião pela Coordenadora propondo a discussão a respeito do tema transversal do Enfrentamento ao Álcool e outras Drogas.

A Coordenadora propôs que seja realizada Cartilha a respeito do Enfrentamento ao uso de Álcool e Drogas por crianças e adolescentes.

A colega Márcia (MP/MA) sugeriu que seja elaborado material de apoio aos colegas, com orientação sobre como atuar no tema.

A colega Patrícia (MP/ES) sugeriu que haja dois trabalhos: uma campanha externa, como está estabelecido pelo tema do GNDH e outra interna pela COPEIJE para que os colegas possam atuar melhor.

O colega Sérgio (MP/MS) sugeriu que sejam obtidas informações da SENAD sobre legislação referente às drogas.

O colega Rodrigo (MP/RJ) informou que no Estado do Rio de Janeiro está sendo realizada campanha de enfrentamento ao álcool e drogas e o Planejamento Estratégico daquele Estado foi proposto no sentido de haver transversalidade entre todas as áreas. Na área da infância a proposta seja de implementação de CAPS-i e CATIs.

A colega Patrícia (MP/ES) sugeriu que seja realizado material de apoio (Kits) para colegas da infância para atuação.

O colega Rodrigo (MP/RJ) informou que a campanha de enfrentamento ao álcool e outras drogas já está avançada no Estado do Rio de Janeiro, razão pela qual não seria necessário discutir na COPEIJE a formatação de uma campanha, mas sim um “olhar” ou uma especialização desta campanha na área da infância.

A colega Tânia (MP/RO) sugeriu que o enfoque da COPEIJE seja unívoco, para que a efetividade ocorra, sugerindo um olhar especial para os adolescentes em conflito com a lei.

A colega Andrea (MP/MG) sugeriu que a COPEIJE realize material de orientação aos colegas para melhor atuação na área da infância em relação ao álcool e drogas, pois atualmente os colegas.

A colega Tânia (MP/RO) sugeriu que a COPEIJE leve a situação da infância – em relação ao espaço que está sendo perdido para a Defensoria – à Plenária do GNDH e à Presidência do CNPG e também ao Conselho Nacional de Corregedores-Gerais para que a atuação do MP na área extrajudicial e participação nas reuniões de Conselhos de Direitos seja cobrada e também valorizada, priorizando essa atuação.

A colega Márcia (MP/MA) esclareceu que as críticas e elogios são necessários porque somente com a valorização é que o colega se motiva e se desperta a atuação dos demais. Sugeriu que a atuação extrajudicial seja valorizada pelos Conselhos Superiores e pelas Corregedorias Gerais do Ministério Público, elaborando-se documento da COPEIJE para tanto, ou por todas as Comissões do GNDH.

A colega Miriam (MP/SE) sugeriu que seja realizada campanha do MP na prevenção com público-alvo crianças e adolescentes e que seja realizada nas Escolas.

A Coordenadora complementou que essa campanha seja estendida a adolescentes em conflito com a lei.

O colega Rodrigo (MP/RJ) esclareceu que a campanha preventiva não pode ser relacionada com uma ação imediata do MP na área da infância em relação às crianças e adolescentes que estão vivendo na rua. Propôs que seja elaborado Kit de apoio para atuação prática aos Promotores da infância.

A colega Leane (MP/PA) informou que haverá em 23 a 26 de novembro o Congresso Nacional do MP no Pará e questionou se a COPEIJE entende que deva ser indicado algum tema prioritário da área da infância para inclusão no referido Congresso.

A colega Liana (MP/MT) sugeriu que seja realizada campanha direcionada ao público infantojuvenil, com um esclarecimento de que crianças e adolescentes estão sendo utilizados como “aviões” por traficantes. Entende que essa idéia seja explorada na campanha, de que as crianças estão sendo usadas e não devem ser, como proposta de futuro melhor.

O colega Rodrigo (MP/RJ) propôs os seguintes encaminhamentos:

A colega Cristiane (MP do Trabalho) propôs que seja elaborado manual prático a respeito do tema e não kit, pois ficaria mais apropriado. Informou que esse manual está disponível em formato impresso e em ambiente virtual. Informou que há projeto do MPT na Escola a respeito da lesividade do trabalho infantil.

A colega Patrícia (MP/ES) sugeriu que se elabore kit ou roteiro prático virtual, pois um livro seria mais difícil de publicação por causa de custos e também dificultaria a revisão dinâmica.

O colega Sérgio (MP/MS) apresentou vídeo esclarecendo que está havendo um movimento de legalização da maconha e o Secretário sugeriu que o tema seja levado pelo colega Sérgio à Plenária, dada a gravidade do tema e porque abrange não apenas a área da infância, mas saúde pública como um todo.

Após a apresentação do vídeo, houve votação a respeito da elaboração de material de apoio aos promotores da infância sobre a atuação na área de álcool e drogas, conforme segue:

- 1 – Elaboração de Roteiro prático de atuação na área de álcool e drogas (v.u)
- 2 – Elaboração de material de apoio para atuação prática dos colegas da infância (v.u)
- 3 – Criação de Comissão para elaboração do material de apoio:
 - a) Sérgio e Liana – responsáveis por sistematização de legislação;
 - b) Andrea – responsável por elaboração do roteiro prático;
 - c) Patrícia e Soraya – responsáveis por elaboração de TACs;

- d) Fernando e Sérgio – responsáveis por elaboração de Recomendações;
- e) Andrea e Fernando – responsáveis por elaboração de Ações (individuais e de tutela coletiva);

Prazo para envio de material aos colegas da Comissão: 20 dias para remessa por e-mail.

Prazo para compilação pela Comissão: 30 dias;

Prazo para submissão do material pela Comissão à COPEIJE: 20 dias;

Prazo para definição pela COPEIJE: 20 dias no ambiente virtual.

Segue a lista de e-mails dos membros de referida Comissão para envio do material pelos demais colegas (acarelli@mp.mg.gov.br; sergio_harfouche@mp.ms.gov.br; soraya@mp.pb.gov.br; sorayamppb@gmail.com; fha@mp.sp.gov.br; liana.tomin@mp.go.gov.br; fha@mp.sp.gov.br; prangel@mp.es.gov.br).

A colega Andréa(MP/MG) ainda propôs:

- Que a COPEIJE proponha a expedição de Ato normativo conjunto entre PGJ e Corregedorias Gerais dos MPs para orientar os colegas da área da infância a participar das reuniões dos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente no âmbito de suas regiões, comarcas ou circunscrições de atribuição (aprovada por maioria, com abstenções).

O colega Fernando (MP/SP) propôs que seja encaminhada sugestão ao CNMP para inclusão de tal participação do promotor da infância nas reuniões e Assembléias dos Conselhos de Direitos na minuta de Resolução que está em discussão no CNMP para normatização da atuação na área de acolhimento institucional e familiar, com a seguinte redação:

"Art ____ - Os Promotores de Justiça com atribuição deverão comparecer, sempre que possível, às assembleias e reuniões realizadas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito dos Municípios e do Estado, visando acompanhar e fiscalizar a deliberação de políticas públicas." (aprovada, v.u).

Após a exposição relativa à recente Portaria do Ministério da Saúde sobre CATI, o colega Rodrigo (MP/RJ) propôs e foi aprovado, por maioria, que a COPEIJE realize articulação com a Coordenação da COPEDS para que seja realizada reunião com o Ministério da Saúde para buscar uma avaliação a respeito da implementação dos equipamentos de saúde mental (álcool e drogas – especialmente – CATI) para a área da infância e juventude.

Os colegas Liana (MP/GO), Márcia (MP/BA) e Rodrigo (MP/RJ) apresentaram as campanhas relativas aos MPs de Goiás, Bahia e Rio de Janeiro a respeito da violência e exploração sexual.

Em razão de pedido da colega Rosangela (MP/RS) foi novamente colocada em votação a necessidade de os promotores da infância comparecerem também em reuniões nos Conselhos

Municipais e Estaduais Antidrogas. Por maioria, foi rejeitada a proposta, mantida a definição de participação do promotor de justiça apenas nas reuniões e Assembléias dos Conselhos de Direitos.

Em relação à Campanha de Enfrentamento às Drogas o colega Fernando (MP/SP) propôs que referida Campanha tenha destaque para a infância e juventude, justamente em razão da prevenção e também para fazer frente à Campanha Nacional da Defensoria Pública (aprovado, v.u).

Às 14h a reunião ordinária foi encerrada pela Coordenadora, conforme ata elaborada pelo Secretário e que, após ser por todos os presentes à reunião analisada deverá ser aprovada (Eu, Fernando Henrique de Moraes Araújo – Secretário da COPEIJE/2011).